

RESENHAS

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro – 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

*Maria Amélia Garcia de Alencar**

O livro de Luís Rodolfo Vilhena deve ser saudado como novidade no espaço acadêmico, antes de mais nada, pelo objeto tratado: o movimento folclórico no Brasil. Originalmente uma tese de doutorado defendida no Museu Nacional em 1995, Vilhena elegeu para estudo um tema pouco conhecido nos meios universitários. Na verdade, o folclore não encontrou, até hoje, um espaço entre as ciências sociais nas Universidades brasileiras, como o próprio autor analisa no primeiro capítulo de seu livro. Portanto, a bibliografia acadêmica sobre o tema é muito reduzida. As explicações para este fato são um dos focos da atenção do autor. Apoiado em bibliografia que resgata a história das ciências sociais no Brasil, particularmente a Sociologia e a Antropologia, o autor traça o quadro do distanciamento criado entre essas ciências e o folclore.

Trabalhando como pesquisador no Instituto Nacional de Folclore – órgão criado em 1974, sucessor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Vilhena teve acesso a uma rica documentação de que se utilizou para o seu trabalho. Na Biblioteca Amadeu Amaral, daquele instituto, o autor encontrou um grande volume de correspondência de membros da Comissão Nacional de Folclore e das comissões estaduais, cuidadosamente organizadas, o que condiz com o espírito preservacionista de seus autores (também chamado de “espírito de antiquário” pelos seus críticos). Outra fonte importante, encontrada na mesma biblioteca, foram

* Professora dos Departamentos de História da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Católica de Goiás. Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília – UnB.

as publicações da Comissão: as séries *Documentos da CNFL* e do *Boletim Mensal Bibliográfico e Noticioso da CNFL*. Além dessas, Vilhena trabalhou também com documentos da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, arquivados na mesma biblioteca, que contém ainda rico acervo da produção dos folcloristas e das obras que leram e os influenciaram. O autor pôde utilizar-se ainda de algumas entrevistas do acervo sonoro da CFCP/Funarte. Esse conjunto documental possibilitou-lhe cumprir os objetivos a que se propôs, ou seja, compreender o movimento folclórico brasileiro a partir do seu interior, no seu período de atuação mais intenso e os mecanismos de sua institucionalização fora da universidade, além de explicar a rejeição do movimento folclórico pelas ciências sociais que também se afirmavam, no mesmo período, como disciplinas acadêmicas.

O tema é tratado a partir da perspectiva dos participantes do *movimento* – assim chamado pelo caráter mobilizador de seus integrantes e da sociedade como um todo em torno do folclore, tomado como referência para as questões da identidade nacional e da cultura popular. Reunidos na Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947, órgão para-estatal ligado ao Ministério das Relações Exteriores, um expressivo contingente de intelectuais, liderados por Renato Almeida, dedicou boa parte de seus esforços na pesquisa e defesa das tradições brasileiras, identificadas na cultura popular das áreas rurais do país. A Comissão se tornou a instituição mais importante na área, congregando uma rede de comissões estaduais que se dedicaram ao resgate do folclore local. A luta dos folcloristas para a criação de um órgão oficial só se concretizou muitos anos mais tarde, no governo Juscelino Kubitschek: em 1958 foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que teve como diretor, entre 1960 e 1964, o folclorista Édison Carneiro, com atuação marcante. A queda do diretor, como consequência do Golpe de 1964, marcou o declínio do movimento. Justificam-se, portanto, as datas que balizam o trabalho.

O período 1947-1964 foi marcado por uma grande mobilização em torno do folclore, por iniciativa dos membros das instituições acima indicadas, com a realização de diversas Semanas e congressos – inclusive um Congresso Internacional, realizado em São Paulo, em 1954 – oportunidades em que eram organizados também exposições e festivais que atraíam autoridades e um grande público, com forte cobertura

jornalística em todo o país. Os folguedos (como denominaram os autos populares) – particularmente importantes no conjunto do folclore brasileiro e sua dimensão mais dinâmica – eram então apresentados. Atingia-se com isso uma das estratégias dos folcloristas, o *rumor* em torno do tema.

Outra novidade que o livro de Vilhena nos oferece diz respeito à forma de abordagem do tema tratado. Fugindo das interpretações tradicionais, que vêem no folclore uma disciplina menor, o autor procura compreender o seu objeto a partir das preocupações que nortearam os participantes do movimento. Nessa perspectiva, pode-se compreender o trabalho dos folcloristas como um *projeto*, tornado possível graças a um *campo de possibilidades*, conceitos criados por Gilberto Velho, de que Vilhena lança mão. Trabalhando com esses conceitos, o autor pôde desenvolver seu tema não apenas nas perspectivas política e institucional, mas também simbólica.

Desvendando os traços característicos do folclorista, o autor se utiliza de um antigo conceito antropológico, o de *ethos*, “...tentando identificar um certo tom do seu comportamento, particularmente visível nos momentos em que seus integrantes se reúnem, que acabou por identificar um certo modelo de intelectual hoje comumente associado a esse campo de estudos” (p. 208). Assim, os folcloristas percebiam-se imbuídos do sentido de *missão*, tão caro à intelectualidade brasileira. Essa visão de mundo permitia a superação de divergências teóricas e políticas, reforçando a noção de trabalho de grupo com o objetivo de definir a identidade nacional.

Junto ao *ethos* missionário, desenvolveu-se também o *ethos* militar, combinando hierarquia e camaradagem típicas do ambiente das casernas. Cordialidade e calor humano caracterizavam o encontro dos confrades, irmanados em torno do folclore. O pesquisador do folclore não se devia confundir com o literato, muitas vezes pedante; deveria ser um homem simples, identificado com seu objeto de estudos. O modelo do movimento folclórico, inspirado nos próprios elementos da cultura popular, caracterizava-se como um *mutirão*, prática de cooperação e celebração camponesa disseminada por todo o país.

Ao eleger a autonomia universitária e o rigor científico como balizas da produção intelectual de hoje, as ciências sociais tenderam a negar a produção dos folcloristas brasileiros, vistos como colecionistas exacerbados, com pouco rigor teórico-metodológico, atuando em órgãos

muito próximos do Estado. Evitando cair no “presentismo” que segundo G. Stocking “*reduz os processos de mediação pelos quais a totalidade de um passado histórico produz a totalidade de seu conseqüente futuro a uma busca pelas origens de certos fenômenos presentes*” (p. 58) Vilhena trata seu objeto – que é também um sujeito – inserido no contexto que o produziu. Sobre este ponto, escreveu o autor: “*A compreensão do significado do movimento folclórico hoje exige uma relativização das concepções que o pesquisador possui sobre o trabalho intelectual; caso contrário, corre-se o risco de não compreender como uma produção “sem sentido” tenha sido “tão abundante” num certo momento da nossa história*”. (p. 67)

Para terminar, lembramos que o livro em questão, além de resgatar um tema “abandonado” pelas ciências sociais no Brasil, abordando-o de forma inovadora, abre caminhos para outros estudos que o complementariam, tais como a ação dos folcloristas nos estados ou as vicissitudes e sucessos das pesquisas em torno do folclore nos anos posteriores àqueles já estudados pelo autor.